

Resolução nº 0339/2015-CR

Dispõe sobre **Pedido de Revisão** da decisão do **Conselho Regulador da AGR**, referente ao **Auto de Infração nº 26320** em nome da empresa **Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda**, conforme **Processo nº 201300029000119**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012, que estabelecem sobre todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

**Considerando o art. 88 do Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012**, que dispõe sobre os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Considerando que a empresa **Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda.**, demonstrando seu inconformismo contra a decisão do **Conselho Regulador da AGR em sua Resolução nº 2818/2014-CR, de 22/10/2014**, apresentou **PEDIDO DE REVISÃO**;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador da AGR, em reunião realizada no dia **25/02/2015**,

#### **R E S O L V E:**

Art. 1º - Conhecer e negar provimento ao **Pedido de Revisão** apresentado pela empresa **Itatur Transportes de Passageiros e Turismo Ltda.**, por não apresentar fato novo que justifique a reforma da decisão proferida, mantendo os efeitos legais do **Auto de Infração nº 26320**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 04 dias do mês de março de 2015.

Ridoval Darci Chiareloto  
Conselheiro Presidente

JCDAC